

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 237, DE 2003

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LUIZ CARLOS HAULY

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, submete à consideração do Congresso Nacional, para apreciação legislativa, a Mensagem nº 237, de 2003, assinada em 04 de junho de 2003, contendo o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 00144 DJ/DAÍ/PAIN/BRAS, de 19 de maio de 2003, firmada exclusivamente por meio eletrônico pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

A referida Mensagem foi distribuída nesta Casa à nossa Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Os autos de tramitação submetidos à análise estão de acordo com as regras de processo legislativo pertinentes, inclusive no que diz respeito à responsabilidade quanto à cópia do ato internacional sob exame que, no presente caso, traz a indispensável cancela do Ministério das Relações Exteriores, através de lacre (que se encontra intacto) e de autenticação da Divisão dos Atos Internacionais daquela pasta, devendo-se, tão somente, numerar as folhas do processo, de nºs 02 a 10, oportunidade em que relembramos que o ato jurídico de enumeração das peças processuais inseridas nos autos não invalida a autenticação de documento anteriormente feita e que tenha sido neles incluído. Trata-se, apenas, de requisito regimental formal do processo legislativo que se justapõe à autenticação, é com ela compatível e não a invalida.

O Acordo em pauta compõe-se de um brevíssimo preâmbulo e de vinte e três artigos, divididos em oito capítulos.

No preâmbulo, os dois países enfatizam seu desejo de intensificar suas relações no campo da cooperação judiciária.

O *Capítulo I*, denominado *Disposições Gerais*, compõe-se de três artigos que abordam o escopo da cooperação pretendida, no âmbito do Direito Civil, Comercial e do Trabalho.

São designados autoridades executoras do instrumento os respectivos Ministérios da Justiça, adotando-se a via diplomática para as comunicações pertinentes e convencionando-se que o idioma a ser nelas empregado será o do Estado requerido, podendo o pedido de cooperação ser recusado, se for contrário à ordem pública do Estado requerido.

As autoridades centrais comprometem-se a prestar uma à outra, quando solicitadas, todas as informações pertinentes à legislação e jurisprudência de seus respectivos Estados.

O *Capítulo II*, denominado *Acesso à Justiça*, compõe-se de cinco artigos, em que se estipula que os nacionais de ambos os países terão, um no outro, garantido o seu acesso à Justiça nas mesmas condições dos nacionais do Estado no qual for proposta a demanda judicial.

É, também, prevista a isenção de fiança ou depósito nos mesmos termos concedidos aos nacionais do Estado em que a demanda for ajuizada, assim como assistência jurídica gratuita, que deverá ser, todavia, requerida pela autoridade central.

O *Capítulo III* denomina-se *Transmissão e Entrega de Documentos*, sendo composto por três artigos, nos quais se prevê o envio de documentos judiciais ou extra-judiciais às pessoas residentes no território do outro Estado, através das autoridades centrais; a necessidade de que as peças sejam encaminhadas em dois exemplares, acompanhadas da tradução para o idioma do Estado requerido que, no caso do Líbano, será o francês, devendo ser entregues aos respectivos destinatários na forma prevista na legislação do Estado requerido.

O *Capítulo IV* denomina-se *Obtenção de Provas*, procedimento detalhado em quatro artigos, de ordem processual, prevendo-se, no artigo 15, a possibilidade de ser reembolsado o Estado requerido pelo requerente das indenizações pagas a testemunhas, honorários pagos a especialistas e despesas resultantes de formalidades especiais solicitadas pelas partes requerentes.

O *Capítulo V* denomina-se *Reconhecimento e Execução de Decisões Judiciais*, sendo composto pelos Artigos 16 a 19, em que se convencionou aplicar-se o capítulo às decisões tomadas pelos tribunais dos dois Estados em matéria civil e às questões penais que versem sobre ações civis para reparação de danos, estipulando-se as condições e o procedimento a ser adotado para o reconhecimento dessas decisões judiciais.

O *Capítulo VI* intitula-se *Dispensa de Legalização*, sendo composto nos dois artigos, em que se fixam as hipóteses de, no caso dos documentos trocados entre autoridades centrais serem dispensadas formalidades autenticatórias.

O *Capítulo VII* denomina-se *Estado Civil*, e é pertinente às medidas de caráter administrativo a serem tomadas entre os Estados para fornecer documentos e decisões judiciais pertinentes a estado civil de nacionais um do outro.

O *Capítulo VIII* refere-se às *Disposições Finais*, sendo composto pelos dois últimos artigos do ato internacional em exame, referentes à vigência do instrumento.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A cooperação judiciária entre os países e a garantia de acesso à justiça de pessoas de quaisquer nacionalidades, em qualquer lugar, para que direitos sejam reconhecidos e assegurados, é requisito civilizatório e instrumento indispensável a políticas eficazes de direitos humanos.

O Brasil vem firmando atos internacionais nessa área, abrangendo os vários campos do direito, com diversos países. São, exemplificativos, dentre outros:

- o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996;

- o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996;

- o Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em Cartagena de Indias, em 7 de novembro de 1997;

- o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992;

- o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 20 de agosto de 1991;

- o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, em Madrid, em 13 de abril de 1989;

- a Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, assinada em Paris, a 30 de janeiro de 1981, pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Francesa;

- a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, concluída entre o Brasil e a Argentina, em 31 de agosto de 1964;

- a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

- a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada em 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro.

Na Exposição de Motivos constante da fl. 02 dos autos, enfatiza o Ministro Celso Amorim que o acordo em apreço *estabelece diretrizes atualizadas com vistas a intensificar as relações dos dois países no âmbito da cooperação judiciária em matéria de direito civil, com abrangência que compreende, igualmente, o direito comercial e o direito do trabalho.*

Realça, ademais, que, *ao estatuir que os nacionais de cada um dos dois Estados têm acesso aos tribunais do outro Estado nas mesmas condições que os nacionais daquele Estado, o Acordo demonstra a importância que se atribui à defesa dos direitos e interesses dos cidadãos de ambos os países, também tendo sido prevista a hipótese da justiça gratuita.*

São, esses, aspectos que demonstram a importância dada pelos Estados signatários à prevalência de preceito básico de direitos humanos, assegurado desde o primeiro artigo de Declaração Universal de Direitos do Homem, norma que, no contexto internacional dos tempos atuais, deve sempre ser lembrada: *Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.* Mais adiante, no Artigo VII, esse preceito de isonomia foi reforçado, do ponto de vista normativo e judiciário: *Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem, qualquer distinção, a igual proteção da Lei.*

Os dispositivos do Acordo em pauta, do ponto de vista jurídico, têm caráter instrumental e se destinam a operacionalizar a cooperação desejada, estabelecendo condições de segurança jurídica, ao estabelecer as balizas pertinentes do ponto de vista processual civil.

É ato internacional consentâneo com a moderna doutrina do Direito Internacional Público, não havendo óbice à sua aprovação.

VOTO, pois, no âmbito desta Comissão, pela aprovação parlamentar ao texto *do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002*, nos termos da proposta de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão em, de de 2003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2002 (MENSAGEM Nº 190, DE 2003)

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto *do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002*

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Relator